



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO N° , DE 2015
(Do Senhor Rubens Bueno)

Requer a realização de Audiência Pública, para discutir sobre relatório do Tribunal de Contas da União sobre a Base Naval e Estaleiro da Marinha, em Itaguaí no Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 24, inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para discutir o teor e os desdobramentos do Relatório do Tribunal de Contas da União que detectou sobre peso de R\$ 406 milhões na construção da Base Naval e do Estaleiro da Marinha em Itaguaí, Rio de Janeiro.

Para a realização da presente audiência pública solicitamos que sejam convidados os seguintes:

- 1) Representante do Tribunal de Contas da União;
- 2) Representante do Ministério da Defesa.

JUSTIFICATIVA

O Tribunal de Contas da União detectou em auditoria, conforme divulgado pelo periódico Estado de São Paulo, de 8 de agosto, sobre peso de R\$ 406 milhões na construção da Base Naval e do Estaleiro da Marinha, em Itaguaí, no Rio de Janeiro. Há suspeitas que, também esse empreendimento, vem sendo



prejudicado pela renitente e corrosiva ação corruptora e, ou, má gestão na condução da coisa pública.

O empreendimento integra o programa que prevê a operação, até 2025, de quatro submarinos convencionais e um de propulsão nuclear que será o primeiro a operar no Brasil. O valor do projeto teve aumento de aproximadamente 60%, desde 2008.

O problema foi detectado pelo Tribunal de Contas da União quando da análise das planilhas entregues pelo Comando da Marinha. Ao que foi veiculado, o TCU, em caráter emergencial, decidiu efetuar fiscalização conjunta com a Polícia Federal, o Ministério Público e a Receita Federal para apurar eventuais ilegalidades.

Importante se faz que possamos realizar audiência pública para que os membros da Comissão possam conhecer com maior profundidade o andamento do programa, a fiscalização do Tribunal de Contas da União desta fundamental obra para a continuidade da política nacional de investimento em tecnologia e defesa nacional.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2015.

Deputado Rubens Bueno
PPS/PR